

É POSSÍVEL A MUDANÇA DE CRENÇAS DE GÊNERO EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA?

Este texto diz respeito a uma pesquisa que está sendo levada a cabo no Grupo de Pesquisa “Relações de Gênero”, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUCRS, intitulada “Mulheres Maltratadas em Processo de Recuperação: Perfil de Potencialidades e Mudança de Crenças”, com o auxílio do CNPq. Trata-se de uma pesquisa que está sendo realizada juntamente com a Universitat de Barcelona (Espanha), que pretende, quando concluída, verificar similaridades e diferenças de resultados na aplicação de um protocolo criado naquela universidade para estudar se as mulheres maltratadas, em processo de recuperação, mudam suas crenças sobre questões de gênero na medida em que vão se afastando da situação original de maltrato.

Em virtude do pouco espaço que este trabalho nos permite, não aprofundaremos aqui a discussão sobre se é possível e o quanto alguém pode “recuperar-se” de uma situação de maltrato continuado como costuma ser o caso das mulheres que entrevistamos na realização da pesquisa. Também poderíamos discutir se não se trataria de enquadrar a questão dentro do quadro do estresse pós-traumático e suas conseqüências (Astin, Lanvrence, Foy, 1993).

Aqui, consideramos, em princípio, que recuperar-se é um longo processo que teria início no fato de uma mulher decidir, que não quer mais ser maltratada por seu companheiro, e fazer alguma coisa com respeito a isso: denunciar, sair de casa, pedir ajuda, etc. Sabemos, tanto pela literatura (Landenburger, 1989; Rosen y Stith, 1995) quanto pelas entrevistas que estamos realizando, que este processo não é linear, nem tranquilo, nem tem sempre os mesmos resultados. Pelo contrário, sofre retrocessos, é conturbado e quase nunca se pode saber, de antemão, quais serão os resultados, nem se serão positivos (do ponto de vista de solucionar uma situação violenta) ou negativos (Cantera, 2004; Villavicencio e Sebastián, 2001; Dutton-Douglas e Walker, 1998; Jacobson e Gottman, 1998; Walker, 1996).

Quanto às crenças de gênero, também poderíamos nos estender longamente sobre o assunto, pois é um tema bastante controverso segundo o enfoque teórico que usemos. Assim, aqui, consideramos que existem crenças sobre as relações entre homens e mulheres que estão na base de muitos comportamentos sociais e individuais, pois homens e mulheres vivem em sociedades organizadas segundo modelos culturais que indicam como as pessoas devem viver e se relacionar entre si e entre grupos. Estes modelos estão sempre presentes, desde o nascimento até à morte, apesar de não serem exatamente determinantes, pois suas mensagens são contraditórias e as pessoas buscam suas próprias interpretações a partir de suas experiências. Nesse sentido, as crenças podem apontar numa direção igualitária (homens e mulheres valem o mesmo, podem fazer as mesmas coisas, têm os mesmos direitos/obrigações) ou numa direção patriarcal, ou seja, homens e mulheres não valem o mesmo (em geral o homem vale mais), não devem fazer as mesmas coisas, nem têm os mesmos direitos e obrigações (Sugarman y Frankel, 1996; Yanes Cedrés y González Méndez, 2000).

Segundo Roca-Cortés, Espín, Rosich, Cantera e Strey (2005), os contratos sociais que o patriarcado gera como normais e naturais, influem na vida de mulheres e homens. Quando os desejos das mulheres não são aqueles estabelecidos social e cientificamente como naturais, esta influência é obstaculizadora, pois traz riscos graves para aquelas que não querem renunciar a seus desejos nem querem transformá-los em “normais”. Também, para aquelas que aceitam e se submetem às normas patriarcais, suas crenças nesse sentido não permitirão que elas consigam rebelar-se ou, em caso de conseguirem, o farão, talvez, como pobres vítimas de alguém que é individualmente mau.

Os estudos de Echeburúa & Corral (1998, 2002) mostram que, quanto mais sentimento de culpa as mulheres têm, menos eficazes se mostram os programas de tratamento. Por outro lado, outros estudos (Rinfrett-Raynor & Cantin, 1997; Walker, 1996) indicam que esses tratamentos têm melhores resultados quando incluem a reinterpretação das relações abusivas em termos de papéis de gênero dentro da desigualdade social das mulheres e as conseqüências disso. Nesse sentido, pode-se hipotetizar que as crenças de

gênero podem retardar ou acelerar o processo de recuperação (Roca-Cortés, Espín, Rosch, Cantera e Strey, 2005).

Segundo essas autoras, a influência do sistema patriarcal na situação de maltrato, constitui um dos fundamentos básicos da forma de entendê-lo, explicá-lo e abordá-lo em diversos textos, relatórios, divulgações das mais variadas instituições, tais como organizações feministas, ONG's e outras. O sistema patriarcal, como sistema de organização social, com sua correspondente ideologia (crenças, valores, pressão sobre o imaginário coletivo) serve para manter e perpetuar a dominação, justificar a opressão e a violência sutil ou explícita de homens sobre as mulheres, dos que mandam sobre os que têm que obedecer.

Neste ponto, voltamos à pesquisa que queremos comentar. Está em andamento, com a realização, até este momento de 23 entrevistas, nas quais se aproveita para aplicar o protocolo criado para pesquisa similar na Universitat de Barcelona. Este protocolo permite a coleta de dados quantitativos e qualitativos referente à situação de maltrato e seu histórico ao atendimento recebido às crenças de gênero. A amostra final prevista é de 30 mulheres em situação de afastamento de maltrato. Aqui, discutiremos alguns dados qualitativos oriundos de sete entrevistas. Essas mulheres nos ajudarão a responder a questão proposta no título deste trabalho: é possível a mudança de crenças em mulheres vítimas de violência?

O levantamento das entrevistas nos mostram que G., B., A., S., P., AN., e J. tem muitas crenças sobre as relações entre homens e mulheres. Mas seria impossível categorizá-las rigidamente como patriarcais ou igualitárias. Em alguns aspectos aparentam ser igualitárias, como, por exemplo, quando AN diz que “eles [os homens] tinham que ficar um pouco na cozinha e cuidando dos filhos para eles aprenderem a sentir na pele o que é que a gente fazer tudo dentro de casa”; ou estar certo que uma mulher sustente a família, ou que homens e mulheres tenham igualmente liberdade sexual. No entanto, concorda que os filhos sofrem quando as mães trabalham por terem que se separar delas e que elas também sofrem por isso. E, em algum ponto da entrevista, ela também concorda que é natural que homens e mulheres desempenhem diferentes tarefas apesar de ter dito algo distinto antes e depois. Além disso,

quando vivia com seu companheiro, ela enfatiza: “a minha vontade nunca prevalecia!”.

P. acredita que “a mulher não deve ser, se sentir... como é que eu vou te dizer... realizada só por ter filhos, ela deve se sentir realizada por ter um bom emprego, ter uma boa casa, ter um convívio familiar com o esposo, com os parentes agradável, aí sim dá pra dizer que é... uma pessoa feliz”. Mas ela fica ambivalente sobre no que uma mulher deveria trabalhar, sobre a divisão das tarefas no lar, sobre as mulheres na política. Além disso, não consegue se separar do marido, pois é muito difícil isso: “... quando eu digo para ele que eu não quero mais viver com ele, aí ele começa a chorar, sabe? Ele é um homem que chora. **Minha mãe que diz, homem que chora não presta.** Então eu fico com pena. Eu acabo tendo pena dele, porque ele diz ‘ah, eu não tenho para onde ir, eu não tenho... como é que eu vou sustentar outra casa?’ no caso, né?”. A pena a impede de expulsar o marido, com o auxílio dos filhos e filhas, que querem isso. No entanto, essa pena se restringe ao comportamento, pois lá no fundo, os sentimentos são diferentes: “ah, eu rezo que ele saia de lá... às vezes, eu rezo até que ele morra. Deus que me perdoe. Olha, na situação que tá... minha vontade é que ele morra para mim me livrar dele para o resto da vida, né... Mas tá difícil...”.

A., S., B. e J. também apresentam crenças que chamamos de ambivalentes. Em algum sentido suas crenças são igualitárias, em outras são patriarcais e, em muitas, são bastante ambivalentes mesmo, na medida em que elas não têm muita certeza qual seria o papel que ambos os sexos deveriam realizar dentro da família, da sociedade, da cultura, da política, no mundo do trabalho, etc.

Para ponderar sobre isso, é necessário que se lance um olhar sobre a realidade de cada uma dessas mulheres na busca de entendimento dessa ambivalência. As entrevistas mostram que mesmo que não se leve em conta o maltrato, elas têm uma vida muito difícil: pobreza, baixo nível educacional, dificuldade de encontrar emprego, falta de apoio da família de origem, filhos e filhas de mais de um pai, dificuldades em encontrar apoio comunitário, institucional e profissional.

A pobreza não é o único cenário da violência de gênero, mas a falta daquilo que torna a vida mais confortável, mesmo nos maus momentos,

acrescenta um elemento a mais de crueldade no meio de relações cruéis. O baixo nível educacional, quase sempre originado na situação de pobreza, torna todos os esforços na busca de superação das dificuldades econômicas e da independência econômica muito mais titânicos e, muitas vezes, fadados ao fracasso já de antemão. A dificuldade de encontrar emprego está diretamente relacionada ao baixo nível educacional, mas, também, à escassez de equipamentos sociais que permitam às mães de família poder dedicar-se com mais afinco e em mais tempo a um trabalho. Onde deixar as crianças? O que fazer com elas? Além disso, essas mulheres têm poucas habilidades profissionais desenvolvidas, podendo apenas candidatar-se a empregos que exigem a realização de atividades pesadas e que pagam muito mal.

Muitas dessas mulheres estão junto a homens maltratadores porque, em algum momento do passado, pensavam que eles seriam o seu porto seguro, ao fugirem de uma família de origem também maltratadora. Ou quando foram em busca de viver a própria vida, acabam por perder o contato com pais, mães e parentes, com os quais agora não conseguem se comunicar por diferentes motivos. B., vive com sua família e com o companheiro maltratador, mas acaba sendo vítima de ambos, quando o irmão e o marido a usam como saco de pancadas. “... minha mãe infelizmente já faleceu. Meu pai eu não sei... da última vez tava doente, né. Então meu pai também dava muito em mim... ele batia em mim e minha mãe também juntamente... é eu apanhava né... ele era muito mulherengo, arranjava muita mulher, chegava bêbado, aquelas coisa e tal. Mas bater, até então, na minha mãe eu nunca soube...”

Enfim, sair de uma situação de maltrato pode parecer, aos mais desavisados, que é apenas uma questão de decisão individual. Ou, no caso presente, de se acreditar que se tem o direito, de que se consegue, de que mulheres têm os mesmos direitos/deveres que homens. Esse último argumento é até verdadeiro e tem que estar na base de um processo de recuperação, mas a situação imediata é constrangedora e desesperadora.

Vejamos as palavras de algumas de nossas entrevistadas:

A.: “ Agente nunca trabalhou de carteira assinada, daí, é difícil tu conseguir emprego, alugar casa, coisas assim... é Tudo difícil... Por incrível que pareça, eu vou ter que voltar pra minha casa...Se eu conseguir emprego, eu não vou voltar... Eu to livre por enquanto [na casa de acolhida], até eu voltar

pra maldita casa. O ruim é que a gente tem que voltar pra casa, ne... aí começa tudo de novo... Mas a gente vai pra onde, né? Tem que agüentar, passar por humilhação de novo, aí, tudo de novo... Sou obrigada, não tenho pra onde ir. Me inscrevi numa firma, mas não me chamaram até agora..

J.: “ Em novembro eu tive um derrame, que o médico até pensou que eu tava com um bloqueio no coração, aquela coisa toda... Aí eu tô tomando remédio pro coração...”

B.: “ ... desde o momento que eu saí ele ta lá assim me esperando para me botar as mão... que medo daquela casa que eu tenho, que medo daquela casa que eu sinto... Ameaça é uma coisa horrível. Porque é que pode tá tão difícil assim? Aí começa o medo, começa a dor e a tortura, guria, ele fica lá, fica lá, fica lá desse jeito. Eu saio fora do portão [da casa de acolhida] ele me pega, ele me toca na frente dos carros, ele já me pega pelo braço, ele me joga, ele... ele me pega pelos cabelo, é tudo isso. Como é que eu vô viver lá (fora da casa de acolhida), guria?

G.: Ao contatar a Assistente Social do Centro Comunitário da Vila ela se queixou da situação: “sabe o que ela me respondeu? ‘ Ah, vida de marido e mulher, vocês resolvem’... Então eu fiquei assim que eu não agüentava nem andar. Meu cabelo batia aqui antes... olha como ficou, da doença que eu tive... Eu não posso fazer muita coisa pesado, eu não posso diluir os produtos. Que o médico falou pra mim: ‘ na próximo tu vai...’ Então eu to achando que o meu adevogado tá desconfiado de mim, porque ele tava tão interessado na causa e agora parou um pouco...”

Os exemplos acima mostram diversas circunstâncias que essas mulheres têm que enfrentar, tanto para afastar-se, como para voltar no lar onde seu maltratador as espera. Falta de emprego, saúde debilitada, sem lugar para morar, medo, ausência de amparo legal e profissional.

Reler as transcrições da entrevistas nos permite verificar que as crenças de gênero destas mulheres são tão diversificadas, como ponto de contato na ambivalência, porque, de uma certa maneira, encontram-se acudadas em uma espécie de beco sem saída. Aprendem pelos meios de comunicação a que têm acesso, que a igualdade de gênero é um valor a ser cultivado e desejado. No

entanto, são esses mesmos meios de comunicação que mostram o predomínio de crenças patriarcais- disfarçadas ou explícitas- em novelas, programas de auditório, notícias, etc. E na luta pela vida, falta tempo e disposição, para muitas, embora não para todas, de refletir e chegar a conclusões próprias. Além disso, uma advogada, um policial, uma médica, assistente social ou psicóloga pode apresentar e insistir que a igualdade é possível e desejável. Mas, logo adiante, esta profissional que atende, pode aconselhar dando de ombros e falando baixinho que volte para casa, pois, quem sabe, agora, ela e o companheiro terminem por se entender?

Acrescentamos a tudo isso, que não basta acreditar na igualdade. É necessário que ela seja buscada ativamente, coletivamente e não individualmente, com ajudas fragmentadas, esporádicas e inexistentes.

Mudarão as crenças? Pensamos que isso pode acontecer, mas para isso, muitas coisas também terão que mudar. E a responsabilidade é tão nossa quanto delas. É de todos nós.